



Anais da Assembléia

Nº 109

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 04 DE SETEMBRO DE 1991.

ANO XVII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 84.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 04 DE SETEMBRO DE 1991

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zamusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Tadeu Lúcio Machado, José Alves, José Afonso Júnior, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton César Servo, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Rossoni, Severino Félix e Toti Colago (47). Achando-se ausentes os Senhores Deputados: Albino Corazza, Edson Silva Lino, João Preis, Luiz Antonio Setti e Renato Adur (05). Achando-se em licença os Senhores Deputados: Cesar Silvestri e Dirceu Manfrinato (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2214-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a concessão de regime de urgência para o Projeto de Lei nº 172/91, que estabelece critérios e normas para a execução da política habi-

tacional e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 04.09.91.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2231

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER o cancelamento do regime de urgência aprovado para a tramitação do Projeto de Lei nº 327/91 e a sua retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) sessões.

Sala das Sessões, em 04.09.91.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO Nº 2223

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.^a discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 04.09.91.

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO Nº 2226

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei nº 350/91, constante da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 04.09.91.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO Nº 2232

Senhor Presidente.

Solicito a Vossa Excelência a indicação de dois Deputados para tratarem de assuntos ligados à saúde no litoral do Estado, junto ao Ministério da Saúde.

Sala das Sessões, em 04.09.91.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO Nº 2234

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, a concessão de justificativa de falta, para as sessões plenárias, realizadas em data de 02 e 03 de setembro de 1991.

Sala das Sessões, em 04.09.91.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Tal pedido, se prende ao fato de haver faltado as sessões em virtude de mal súbito que acometeu seu irmão, o qual necessitou de internamento e pronta cirurgia, fazendo se imprescindível a presença do requerente para tratar dos pormenores.

REQUERIMENTO N° 2227

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER votos de congratulações pela passagem do 15° aniversário do Jornal Indústria & Comércio, de Curitiba/PR, ocorrida dia 02 de setembro último.

Sala das Sessões, em 04.09.91.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação prende-se ao motivo da imparcialidade com que o Jornalista e seu Diretor ODONE FORTES MARTINS imprimiu como política, neste conceituado periódico.

Esta política adotada demonstra que a democracia não pode prescindir do poder da imprensa, pois o povo para se manifestar e formar sua opinião, em primeiro lugar deve receber a informação correta, de forma clara e imparcial.

Parabenizar pelos 15 anos ininterruptos é parabenizar também toda a equipe de funcionários e colaboradores, cada qual contribuindo com seu esforço para que este Jornal seja o melhor do Paraná.

REQUERIMENTO N° 2230

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a concessão de voto de louvor e reconhecimento, pelos serviços e dedicação ao Estado do Paraná, a pessoa do Senhor JOÃO MILANEZ.

Sala das Sessões, em 04.09.91.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Nosso pedido encontra respaldo, no fato de pretender-se tecer as justas homenagens, aquele, que é o mais respeitado homem de comunicação do Estado. O qual iniciando seu trabalho pioneiro há 42 anos, fundou a Folha de Londrina, expressão jornalística máxima no Norte do Estado e considerado como um dos melhores do País. Constando ainda no seu curriculum empreendedor e dinâmico duas empresas de televisão e três emissoras de rádio.

Tamanha competência e gerenciamento sério e honesto de meios de comunicação, não poderia ficar restrito apenas ao território paranaense. E não o ficou, sendo recentemente reconhecido nacionalmente pela revista especializada "IMPrensa", como

Curitiba, quarta, em 04.09.91

personagem homenageado, às fls. 20/21.

Fazendo assim brilhar o Estado do Paraná no cenário nacional, demonstrando que o trabalho ainda é o melhor caminho para se atingir um lugar de destaque ao sol.

REQUERIMENTO N° 2218

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde, Alcení Guerra, sobre manifestação desta Assembléia Legislativa acerca da necessidade de que os anúncios institucionais, advertindo para o fato de que "fumar faz mal à saúde", veiculados em televisão em seguida às publicidades de marcas de cigarros, não sejam apenas escritos mas, também, falados.

Aproveitamos o ensejo para manifestarmos a Vossa Excelência votos de consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 04.09.91.

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Os anúncios institucionais do Ministério da Saúde alertando para o fato de que fumar faz mal à saúde, são um grande e inestimável serviço que se presta à Nação. Há necessidade, porém, de aperfeiçoá-los e aumentar sua eficiência através da locução da mensagem, tendo em vista o grande número de analfabetos que não são atingidos pelo anúncio, que é apenas escrito. A mensagem falada seria um meio eficaz de atingir a estes menos favorecidos, entre os quais o vício do fumo também viceja, além de que, aliada à escrita, opera como meio mais adequado a permitir que o conteúdo seja melhor assimilado e por um maior número de pessoas.

REQUERIMENTO N° 2220

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, officie-se ao Governador do Estado do Paraná, Dr. Roberto Requião de Mello e Silva, bem como ao Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Mário Pereira, no sentido de que seja asfaltada a estrada municipal ligando Quinta do Sol a Mandijuba, via Distrito de Irapuan, pelos motivos que justifica a seguir.

Sala das Sessões, em 04.09.91.

(a) JOSÉ ALVES

JUSTIFICATIVA:

A velha estrada, ligando Quinta do Sol a Mandijuba, via Distrito de Irapuan, era muito usada, antigamente, para o deslocamento da população da região de Quinta do Sol e Fênix, com destino à Maringá e outros centros maiores. Sua extensão é de,

aproximadamente, 24 quilômetros. e ainda serve de escoamento das safras, como de feijão, milho, algodão, café, sendo que nessa região também se cria mais de 3.000 cabeças de gado.

A necessidade de escoamento das safras e do transporte do gado de corte, são razões preponderantes para que se asfalte essa estrada, tornando-a estrada estadual, a bem daquela região.

REQUERIMENTO N° 2221

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se às autoridades abaixo mencionadas, solicitando providências urgentes no sentido de que se atualize a diária para tratamento fora de domicílio, paga atualmente pelo Sistema Unificado de Saúde, no valor de Cr\$ 421,40, e conforme justifica e faz prova.

a) Ao Ministro da Saúde, Dr. Alcení Guerra, em Brasília;

b) Ao Ministro do Trabalho e da Previdência Social, Antônio Rogério Magri, em Brasília;

c) Ao Coordenador da Coordenadoria de Cooperação Técnica e Controle do INAMPS-PR, Dr. Mário Barbosa Tourinho, em Curitiba;

d) Ao Secretário de Estado da Saúde, Dr. Nizan Pereira de Almeida, em Curitiba.
Sala das Sessões, em 04.09.91.

(a) JOSÉ ALVES

JUSTIFICATIVA:

O Sistema Unificado de Saúde, englobando o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - INAMPS, e a Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, aqui no Paraná, tem pago uma insignificante diária aos doentes que se deslocam de suas cidades para Curitiba, para tratamento de saúde. Basta dizer que esse valor, em agosto de 1989, era de Cr\$ 2,65; em abril de 1991, era de Cr\$ 350,00; e em agosto, chegou a Cr\$ 421,40.

Para elucidar esses fatos, apresentamos, anexo a este requerimento, cópias xerográficas de comprovantes de pagamentos feitos ao segurado: TEÓFILO AZEVEDO, residente na cidade de Wenceslau Braz, que se desloca constantemente para Curitiba, para tratamento de uma "hérnia hiatal recidivante", tendo já sofrido 7 (sete) cirurgias em função dessa doença.

A exemplo de Teófilo, inúmeros são os pacientes que se deslocam, dos mais variados pontos deste Estado, com destino à Curitiba ou a outros grandes centros, como para Londrina, Maringá, Ponta Grossa ou para Cascavel, com a finalidade de fazerem tratamento em hospitais especializados e com maiores recursos. E, como diária para

permanência nessas cidades, recebem verbas insignificantes, que mal dão para pagar uma média de café com leite e um pãozinho com margarina, para matar a fome de um dia, sem o direito de um pouso decente em qualquer hospedaria, das mais baratas da praça.

Bilhões e bilhões de cruzeiros são roubados da Previdência Social, num descalabro gritante de corrupção, enquanto os pobres (porque são os pobres que mais precisam do SUS), recebem mínguas diárias para se deslocarem de suas moradias para cidades distantes, a fim de tratarem de sua saúde.

E os documentos comprobatórios desses pagamentos, anexamos a este, para prova cabal dos fatos que narramos.

REQUERIMENTO N° 2211

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial à Superintendência da Legião Brasileira de Assistência - Regional Paraná, dirigido pelo doutor Osni Ribas Alves, no sentido de que seja determinado a alocação de recursos financeiros, através de convênios com a Prefeitura, com o objetivo de se construir uma creche no distrito de CAFEZAL, em IPORÁ.

Do aprovado, Requer, ainda, a comunicação ao Senhor Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 04.09.91

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O município, nesta administração, vem se preocupando com a realidade social existente em toda a sua extensão territorial.

A ação do governo municipal tem sido intensa para debelar os focos da miséria e da marginalidade, itens recentes no vocabulário dos moradores antigos da cidade, mas que, infelizmente, cada dia se instala e aumenta suas dimensões assustadoramente.

Um dos programas encetado pela Prefeitura é a do atendimento à criança, através de escolas e creches. Nessa proposta de se oferecer um número cada vez maior de creches, atende a melhoria da qualidade de vida do menor e a oportunidade de melhorar os rendimentos familiar, com a possibilidade do trabalho fora para a mulher, componente importante nessa relação. O pedido é deveras importante e requer atendimento urgente, por parte do poder público.

REQUERIMENTO N° 2214

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo

Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado aos Excelentíssimos Senhores Governador do Estado do Paraná, Secretário de Segurança Pública e Comandante Geral da Polícia Militar, expediente solicitando providências necessárias no sentido de implantar com a máxima urgência no Batalhão da Polícia Militar de Cruzeiro do Oeste, um Pelotão da Polícia Feminina para dar atendimento na área do referido Batalhão e em especial na 2ª Companhia de Umuarama, no Município e na região, ajudando assim a diminuir o índice de criminalidade que vem ocorrendo em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 04.09.91

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 2215

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Ilustríssimo Senhor Presidente da TELEPAR, expediente solicitando a instalação de Postos de Serviços Telefônicos na zona rural do município de IPORÁ.

Sala das Sessões, em 04.09.91

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão apresentada, considerando que as localidades de Flórida Aparecida, Posto Fiscal, Placa Tupi e Fátima, todas de elevada densidade demográfica, encontram-se totalmente à margem dos benefícios da telefonia, vez que localizam-se a grande distância dos centros que possuem Postos de Serviços Telefônicos, o que acarretam vários prejuízos aos seus moradores.

Por ser de ímpar importância o solicitado à população é que trago tal apreciação aos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 2216

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, expediente solicitando 01 (um) carro para uso da Polícia Técnica do município de Umuarama, para atendimento na área de segurança da população.

Sala das Sessões, em 04.09.91

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 2217

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Ilustríssimo Senhor Diretor do DER, expediente solicitando a construção na PR-323 de acesso à PR-485 no município de IPORÁ.

Sala das Sessões, em 04.09.91

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão apresentada, considerando o fato de não existir na PR-323 no local de intercessão da PR-485 um acesso seguro e funcional, fato que tem provocado vários acidentes no local, alguns de conseqüências graves.

Por ser de ímpar importância o solicitado à população, é que trago tal apreciação aos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 2219

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso das atribuições que lhe são conferidas, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Administração - SEAD, Luís Gastão de Carvalho, solicitando a imediata agilização do processo n° 555.849-2, referente a liberação de um terreno para a construção do HEMOCENTRO DE CASCAVEL, pela Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha.

Sala das Sessões, em 04.09.91

(a) ERNANI PUDELL

Apoio: Dobrandino da Silva e Nelson Garcia.

JUSTIFICATIVA:

O referido processo está em trâmite mais de um ano, e esta demora pode acarretar a perda de recursos da ordem de 150 milhões de cruzeiros, destinados pela DIVISÃO NACIONAL DE SANGUE E HEMODERIVADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE - DINASHE -, para a construção do referido hemocentro. Estes recursos só serão liberados com a legalização do terreno.

O não recebimento dos mencionados recursos, por força da burocracia do Estado, significará grave prejuízo à saúde da população de Cascavel e Região Oeste, motivo pelo qual solicitamos as providências necessárias a conclusão do processo que, se não verificada até o final do corrente mês, implicará no cancelamento dos recursos citados.

REQUERIMENTO N° 2225

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscvem, no uso das atribuições que lhe são conferidas, REQUEREM, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Ouvidor Ge-

ral do Estado, Dr. João Olivir Gabardo, encaminhando as matérias de cópias anexas publicadas na edição n° 11894, de 04 de setembro de 1991, à página 7, do Jornal Folha de Londrina, cujas manchetes são "Eduardo Requião usa casa oficial para fazer festa" e "Denúncia envolve polícia no contrabando de armas", solicitando, também, urgentes e enérgicas providências objetivando apurar e responsabilizar os culpados envolvidos nas graves denúncias apontadas, que comprometem sobremaneira a administração pública estadual.

Requerem, também, já sob a forma preconizada no artigo 55 da Constituição Estadual seja informado a este Poder Legislativo as providências adotadas e seus respectivos resultados.

Sala das Sessões, em 04.09.91

(a) ERNANI PUDELL

(a) DOUTOR ROSINHA

(a) OVÍDIO CONSTANTINO

JUSTIFICATIVA:

O Jornal Folha de Londrina, em sua edição de hoje, traz sérias denúncias de favorecimento pessoal com próprios públicos, mordomias inconcebíveis além de apontar o envolvimento de policiais no contrabando de armas.

O próprio Governador do Estado, reiteradas oportunidades em seus palanques eletrônicos pelo País afora, tem anunciado que o Paraná - a exemplo do Disque Quêrcia - tem o "Disque-Requião". Trata-se segundo Sua Excelência, da Ouvidoria Geral do Estado, que tem por função receber e dar encaminhamento às denúncias de corrupção no âmbito do Estado e malversação dos recursos (e do patrimônio, dizemos nós) públicos.

Neste sentido, ante as denúncias graves, repetimos - trazidas pela Folha de Londrina, o que solicitamos tão somente é o acionamento da Ouvidoria Geral do Estado para que sejam apurados os fatos apontados e responsabilizados os culpados.

REQUERIMENTO N° 2233

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o nobre Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Fazenda, Senhor Heron Arzua, solicitando estudo e providências no sentido da ampliação dos Decretos 650 e 685/91, autorizando isenção de ICMS, também para veículos de transporte de carga, categoria aluguel, a motorista autônomo.

Aproveito para apresentar as seguintes sugestões:

a) destinado a motorista profissional autônomo, categoria aluguel, cuja situação deverá ser provada, ou seja, aos

que já exerciam até 1°/01/91. tudo mediante Certidão Municipal;

b) não tenha adquirido veículo no último ano com redução de ICMS;

c) estipular as concessionárias, que discriminem na Nota Fiscal o benefício da isenção e a impossibilidade de alienação nos seguintes termos:

c.1) cavalo mecânico nos primeiros 7 (sete) anos;

c.2) demais veículos de carga, nos primeiros 5 (cinco) anos.

d) a alienação dentro das condições acima sujeitará o alienante ao pagamento do tributo dispensado;

e) encaminhamento mensal à Secretaria da Fazenda, as Notas Fiscais emitidas.

Sala das Sessões, em 04.09.91

(a) DALTON MACHUCA

JUSTIFICATIVA:

Através dos Decretos 650 e 685/91, foi concedido isenção de ICMS para táxi, motoristas profissionais autônomos, veículos esses que também são de categoria de aluguel.

Assim, face o princípio da isonomia, tal benefício deverá ser estendido também para veículos de transporte de carga, não justificando uma discriminação na mesma categoria.

A isenção pretendida, visa atender inúmeros motoristas autônomos categoria aluguel, que não renovam seus veículos face o alto custo fiscal. Dentro do aspecto legal, a competência para regular isenções de impostos, é do Governo Estadual, embora o artigo 53, inciso III da Constituição Estadual estabelece poderes ao Legislativo para tratar de assuntos relativos a tributos, o artigo 155, § 2°, inciso XII, alínea G da Constituição Federal, determina que somente através de Lei Complementar proceder-se-á a regulamentação das isenções, incentivos e benefícios fiscais, concedidos pelos Estados.

A Lei Complementar n° 24/75, estabelece que as isenções do ICMS serão concedidas ou revogadas nos termos de convênios celebrados e ratificados pelos Estados e Distrito Federal. Em seu artigo 12 § 2°, os benefícios concedidos por legislação estadual devem ser convalidados por convênio.

A isenção proposta, se aceita, dependerá de acordo a ser firmado com o Conselho Nacional de Política Fazendária.

Projeto de Decreto Legislativo:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 006/91

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica susinado, nos termos do disposto no artigo 54, XXVII da Consti-

tuição do Estado do Paraná, o Decreto Governamental n° 532, de 25 de junho de 1991, publicado no Diário Oficial do Estado n° 3540, da mesma data, por ser ato administrativo exorbitante do poder regulamentar.

Art. 2° - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.09.91

(a) ERNANI PUDELL

(a) DOUTOR ROSINHA

(a) OVIDIO CONSTANTINO

JUSTIFICATIVA:

Um dos principais atributos do Poder Legislativo, no regime de repartição de Poderes, é zelar pela observância da estrutura jurídica estabelecida evitando abusos que, de um lado, representam a usurpação de competências, e, de outro, importem graves prejuízos a parcela da sociedade.

O conteúdo do decreto Governamental n° 532, neste sentido, afronta com tais preocupações, pois o título de pretensamente regulamentar o exercício de uma competência que lhe cabe, o Governador do Estado, na verdade, sepultou uma conquista dos trabalhadores do serviço público, que é a data-base para o reajuste de sua remuneração no mês de junho.

Por outro lado, o mencionado decreto impõe, para fins de concessão de reajustes salariais, a observância rigorosa dos percentuais de 65% constitucionalmente previstos. Há que se ressaltar, entretanto, que a própria Carta Magna da República - e, por extensão, do Estado - estabelece que, uma vez ultrapassados aqueles limites, o retorno aos índices previstos deverá dar-se mediante a redução do percentual excedentes à razão de um quinto por ano. Ora, quis o constituinte, desta forma, assegurar que nenhum sacrifício fosse imposto aos servidores por força da norma constitucional. Ofereceu ao Estado prazos razoáveis para adequar-se quando ultrapassado o limite de 65% das receitas correntes com pessoal.

Adotando-se o critério pretendido pelo Governador do Estado, o resultado não seria outro que aquele verificado. Uma excessiva defasagem salarial não recuperada e o descumprimento flagrante da Lei n° 9547, de 18 de janeiro de 1991, que estabelecia como data-base para reposição das perdas salariais o mês de junho.

Afrontou o Governador do Estado, de uma só vez, a Constituição Federal, a Constituição do Estado e uma norma legal, a qual para ser alterada, dependeria de outro instrumento do mesmo nível-Lei aprovada por este Legislativo.

Neste sentido, buscando além dos objetivos retro alencados, zelar pela preser-

vação da competência legislativa deste Poder prevista que está como uma de suas competências no inciso XXX do artigo 54 da Constituição do Estado, submetemos ao soberano Plenário o presente projeto de decreto legislativo, forma que deve dar-se à matéria conforme se infere do disposto na parte final do inciso XIV do artigo 28 do Regimento Interno.

Contamos, em vista do exposto, com a tramitação célere e a aprovação unânime do presente.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 390/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada como de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE NEGRITUDE E AÇÃO POPULAR, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.09.91

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE NEGRITUDE E AÇÃO POPULAR, fundada em 28 de janeiro de 1990, nesta Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, onde tem foro e sede, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos. Constituída por tempo indeterminado e com personalidade jurídica distinta de seus associados, sediada à Rua Jaime Reis, n° 369, nesta Capital.

A Associação tem como finalidade recuperar em mutirão a memória histórica do nosso povo negro, nossa cultura, nossa identidade política, articular o processo de consciência negra com as práticas de educação popular existentes, conscientes de que a nossa caminhada faz parte da organização de todos os empobrecidos.

Dentre outros compromissos, a entidade empenha-se, ainda, na efetivação de apoio à luta de libertação do povo negro oprimido e marginalizado, denunciando as informações tendenciosas e/ou atitudes que tenham características discriminatórias e, portanto, à realidade da situação daqueles povos em sua marcha libertadora.

O Brasil é um País onde o povo negro exerceu papel de grande relevância na sua construção histórica, entretanto, ainda hoje, lutamos para a derrubada de preconceitos contra esse segmento de nossa população.

É exatamente nessa luta que a Associação Cultural de Negritude e Ação Popular vem prestar inestimável colaboração.

Pode o Poder Legislativo esquivar-se de apoiá-la?

PROJETO DE LEI N° 391/91
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública o CENTRO SOCIAL E EDUCACIONAL DA PARÓQUIA DE LEÓPOLIS, situado na Cidade de Leópolis, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.09.91

(a) SEVERINO FELIX

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública tem sede na cidade de Leópolis, fundada, no dia 23 de abril de 1967, tem como finalidade assistencial e educacional, desenvolver atividades em favor da maternidade, da infância e da adolescência da Paróquia de Leópolis.

Pelo exposto, submetemos o presente plano de lei à apreciação dos nossos nobres Pares, solicitando afinal a sua aprovação.

PROJETO DE LEI N° 392/91
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica autorizado o Poder Executivo, constituir um fundo de provisões e assegurar aos dependentes de policiais Civis e Militares mortos em serviço a percepção de um pecúlio, correspondente a 12 (doze) salários e vantagens, que lhe eram atribuídas quando do óbito.

Parágrafo Único - O pecúlio a que se refere a lei, deverá ser pago no prazo máximo e improrrogável de 30 (trinta) dias a contar do óbito e ocorrerá independentemente do pagamento de qualquer contribuição ou desconto do servidor.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.09.91

(a) JOSÉ AFONSO JUNIOR

JUSTIFICATIVA:

Esta iniciativa se prende ao fato, de tentar contornar e amenizar um dos problemas mais difíceis de ser enfrentado, pela família daqueles, que por dedicar a sua vida a função de proteção a coletividade acabem muitas vezes em tiroteios com criminosos, ou mesmo em acidentes típicos da função, mortos, deixando na maioria das vezes esposa e filhos em completo desamparo e desespero, não possuindo sequer condições financeiras de prestar uma justa homenagem ao ente querido que se foi, tampouco, arcar com responsabilidades financeiras surgidas. Por certo a existência de tal respaldo a família, levará o policial a dedicar-se ainda mais a função, repercu-

tindo tal benefício em proveito da coletividade, pelo que esperamos contar com o apoio nos nobres Pares.

PROJETO DE LEI N° 393/91
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica isenta do pagamento incidente sobre o consumo de água e luz correspondente ao imóvel utilizado para sua residência, toda pessoa que residir no Estado do Paraná e encontrar-se desempregada e, cujo consumo mensal seja, respectivamente, de no máximo 15 m³ de água e 90 KWh de energia elétrica.

Art. 2° - Para obtenção do benefício previsto nesta lei, bastará ao desempregado apresentar as contas de água e luz em seu nome num dos postos das respectivas empresas fornecedoras, do bairro ou cidade em que residir, acompanhado de um comprovante de que encontra-se desempregado.

§ 1° - Se nas contas não constar o nome do proprietário desempregado, o mesmo deverá apresentar além das respectivas contas de água e luz:

I - Cópia autêntica da escritura ou contrato de compra e venda; ou

II - cópia autêntica do contrato de locação ou de comodato; ou

III - Declaração de duas testemunhas devidamente qualificadas, que comprovem a residência do mesmo no imóvel, na falta dos meios probantes previstos nos incisos anteriores.

§ 2° - A apresentação da carteira de trabalho com baixa, ou cópia da exoneração, entre outros meios probantes; ou na falta destes uma simples declaração por escrito, constante de duas testemunhas devidamente qualificadas, bastará para a comprovação do desemprego.

Art. 3° - Findo o desemprego, deverá o beneficiário notificá-lo à empresa fornecedora do serviço, para cancelamento da isenção concedida.

Art. 4° - Semestralmente, todo beneficiário deverá fazer nova solicitação, se ainda encontrar-se desempregado, e sem meios para se sustentar.

Art. 5° - Comprovada fraude, o beneficiário pagará em dobro todos os valores isentados acrescidos de juros e atualização monetária.

Art. 6° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.09.91.

(a) ERNANI PUDELL

(a) DOUTOR ROSINHA

(a) OVIDIO CONSTANTINO

JUSTIFICATIVA:

O desemprego grassa em nosso meio, fruto da recessão econômica a que foi jo-

gado o País. A luta hoje é pela sobrevivência dos trabalhadores desempregados, para resgatar os seus direitos elementares de cidadãos, pela satisfação de suas necessidades básicas.

O presente projeto visa uma contribuição de nosso Estado àqueles que, não por vontade própria, vêm a desespero em suas famílias face à situação em que encontram-se, sofrendo todos os tipos de humilhação.

Assim, a concessão da isenção ora proposta representará a inestimável contribuição do Paraná na conquista do bem-estar e da cidadania de seu povo, amenizando em parte seu sofrimento.

PROJETO DE LEI N° 394/91
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica isento do pagamento de tarifas, nos veículos de transporte coletivo, em todo o território do Estado do Paraná, o aluno matriculado e freqüente em escola de ensino de 1° grau.

§ 1° - Para ser beneficiário da isenção prevista neste artigo, o aluno deverá exhibir ao cobrador, ou, na sua falta, ao motorista do veículo, a caderneta de passe escolar, em que conste, além dos dados pessoais do aluno, o nome e endereço de moradia e/ou de trabalho do aluno, e informação de sua freqüência mensal na escola.

§ 2° - A isenção prevista neste artigo é válida somente nos dias de atividades escolares, e nos percursos indicados na caderneta de passe escolar.

Art. 2° - As normas complementares para execução e cumprimento da presente lei, serão elaboradas, em conjunto, pelas Secretarias de Estado da Educação e dos Transportes, após ouvidas as entidades representativas de estudantes de ensino de 1° grau e dos concessionários de serviços de transporte coletivo.

Art. 3° - Os recursos que poderão ser utilizados para a execução da presente lei, além de outros, como os do FINSOCIAL, são os oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, do salário-educação, todos em consonância com o que dispõem o art. 212, e seus parágrafos 3° e 5°, da Constituição da República Federativa do Brasil, e o art. 187, da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.09.91.

(a) JOSÉ ALVES

JUSTIFICATIVA:

Diz a Constituição Federal, em seu art. 205:

Curitiba, quarta, em 04.09.91

"A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

Se o Estado tem o dever de oferecer à população "ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que não tiveram acesso na idade própria" (art. 208, I, da Constituição Federal), a sociedade, como um todo, tem que colaborar, promovendo e incentivando a educação fundamental.

Diz ainda mais a Constituição Federal:
Art. 23 - "É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

...
V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência";

(Grifamos os textos).

Segundo Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, em seu "Novo Dicionário da Língua Portuguesa" (2ª edição), "meio de acesso" é "aquilo que exerce uma função intermediária na realização de alguma coisa; via, caminho" de acesso (10).

O transporte do aluno à escola, constitui também um meio de acesso à educação, no sentido de "via, caminho", ou mesmo de "função intermediária" para o aluno realizar seus estudos.

E continua ainda a Constituição Federal:

Art. 24 - "Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

...
IX - educação, cultura, ensino e desporto;"

Art. 208 - "O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

...
VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde".

(Grifamos os textos).

Pelos textos mencionados nos arts. 24 e 208, da Constituição Federal, não só é constitucional o Estado legislar, concorrentemente, sobre a "educação" e o "ensino", como também é "dever do Estado com a educação" garantir o "transporte" dos alunos às escolas.

Por esses fundamentos constitucionais, e amparado no art. 65, da Constituição Estadual, tomamos a iniciativa de apresentar a esta colenda Assembléia Legislativa o presente projeto de lei, que merecerá a atenção especial dos Senhores Deputados, bem como sua aprovação, pois, tem como es-

copo isentar "do pagamento de tarifas, em veículos de transporte coletivo, todo o território do Estado do Paraná, o aluno matriculado e freqüente em escola de ensino de 1º grau". (Art. 1º deste projeto).

Neste projeto de lei, não fizemos aceção de alunos matriculados em escola da rede pública ou em escola particular, nem tampouco entre aluno carente ou aluno de família mais abastada, porque "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza". (Art. 5º da Constituição Federal).

Além do mais, toda lei, para integrar o "Plano Nacional de Educação", deverá conduzir à "universalização do atendimento escolar". (Art. 214, II, da Constituição Federal). E almejamos que essa isenção faça parte, um dia, desse plano, para que possa atingir a todos os estudantes do ensino de 1º grau, no Brasil, e que não seja um privilégio apenas do estudante paranaense.

Com relação aos recursos financeiros a serem carreados para que esta lei seja executada, fizemos menção, além dos do FINSOCIAL, aos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, e o salário-educação, todos em consonância com o que dispõem o art. 212, e seus parágrafos 3º e 5º, da Constituição Federal, e o art. 187, da Constituição Estadual.

É o que tínhamos a justificar.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado José Alves.

O SR. JOSÉ ALVES - Senhor Presidente, Senhora Deputada e Senhores Deputados; vamos ocupar este espaço, hoje, para dizer que a saúde do nosso Estado, do nosso País, encontra-se doente, e se ninguém fizer nada, entrará em coma em breve.

Nós, que somos um Deputado oriundo do rádio, assim como vários Deputados desta Casa, também radialistas, sabem que hoje o povo procura os meios de comunicação pedindo ajuda, porque muitas vezes ou a maioria das vezes não são atendidos nos hospitais, nos prontos-socorros; ou quando é atendido não tem sequer recursos para pagar os seus exames, muitas vezes pedem.

Nós vemos, por exemplo, Senhores Deputados, que quando era o sistema do INAMPS que atendia à saúde, não ia bem. Depois que passou para o SUDS, parece que a coisa piorou mais ainda. Por exemplo, um paciente que chega a Maringá, ou que vai mesmo a Londrina, Umuarama, Cascavel e que ele tenha que fazer um exame especial, no caso uma tomografia, ele é mandado à Capital do Estado, a Curitiba. É o caso deste Senhor que procurou nosso gabinete. ele mora em Wenceslau Braz. É o Senhor

Teófilo Azevedo.

Vejam só: o Senhor Teófilo nos procurou porque ele precisa fazer um exame aqui na Capital e o SUDS de Jacarezinho o enviou a Curitiba. Mas, vejam Senhores Deputados, vejam a diária que o SUDS dá para este pobre paciente para o seu sustento na Capital: apenas 421 cruzeiros! É o dinheiro que o SUDS dá para um paciente sair de Jacarezinho, vir à Curitiba. Com estes 421 cruzeiros, ele tem que pagar transporte, ele tem que almoçar, jantar e pousar. Quatrocentos e vinte e um cruzeiros!

É uma vergonha nacional, quando muita gente do "colarinho branco" está por aí "metendo a mão" no dinheiro da saúde brasileira, como é de conhecimento de todos, da Previdência. Isto é coisa notória nos quatro cantos do País. É um coitado de um doente que sai de Cascavel, de Umuarama, de Toledo, de Maringá ou de Londrina, daonde seja, e vem a Curitiba, com quatrocentos e vinte e um cruzeiros! O que dá, apenas, para ele tomar uma xícara de café com leite e um pãozinho com margarina!

Então, este Senhor veio pedir socorro. E nós estamos, Senhores Deputados, nós estamos, Senhor Presidente, com requerimentos às autoridades sanitárias do nosso País, estaduais e federais, para que olhem para estes pobres coitados, que se deslocam do interior e vêm à Capital para fazer um tratamento e a diária é de quatrocentos e vinte e um cruzeiros! Este coitado, com Cr\$ 421,00! E passou agora para Cr\$ 421,00. Em março, era Cr\$ 350,00. Este coitado toma uma xícara de café, um pãozinho com margarina! Tem que ficar o dia todo sem comer, tem que andar a pé na Capital e tem que posar nas marquises de alguma loja!

Então, nós nos sentimos estarrecido e constrangido, e o Deputado me pediu que entrasse com um requerimento e pedisse o apoio dos Senhores Deputados, para que este pessoal seja lembrado, os que vêm do interior, à capital, e essa diária que seja elevada para uma outra importância que dê para esse pobre pelo menos almoçar, jantar e pousar. Então, nós pedimos aos Senhores Deputados apoio a esse nosso requerimento para que amenizem a situação dos pobres doentes do nosso País, que lamentavelmente têm sofrido e a gente não vê uma solução.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Ernani Pudell com a palavra.

O SR. ERNANI PUDELL - Inicialmente eu quero fazer uma retificação.

Ontem, nós dissemos aqui durante os debates que o piso salarial na Prefeitura de São Paulo era pouco mais de setenta mil cruzeiros. Eu apenas quero retificar para

dizer que no mês de agosto o nível-1 na Prefeitura de São Paulo, menor salário, paga a um servente, é de oitenta e nove mil, seiscentos e noventa cruzeiros; e o piso salarial dos professores, também nível-1, sem curso de graduação, para vinte horas semanais, é cento e quarenta e um mil cruzeiros. Apenas esta retificação.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, chegou às nossas mãos uma denúncia muito grave e que nós estamos hoje entrando com requerimento ao Secretário da Administração do Estado do Paraná, que existe uma verba deferida para o Estado do Paraná da Divisão Nacional de Sangue e Hemoderivados do Ministério da Saúde no valor de cento e cinquenta milhões de cruzeiros para a construção de um hemocentro no município de Cascavel e que atenderá toda a região Oeste do Paraná. Esta verba, nós estamos em vias de perdê-la, será devolvida já no mês de outubro e novembro ao Ministério da Saúde porque o Estado do Paraná não enviou até esse momento uma certidão da propriedade do terreno onde será construído esse hemocentro para atender toda a região Oeste do Paraná. O processo já está há um ano na Secretaria da Administração do Estado do Paraná, todas as diligências solicitadas da Regional de Saúde de Cascavel pela Prefeitura Municipal de Cascavel, foram realizadas e estamos apenas no aguardo da regularização para o envio de uma fotocópia da propriedade do terreno para o Ministério da Saúde para que possa ser autorizada a imediata licitação de construção desse hemocentro. Nós estamos hoje ingressando com o requerimento direcionado ao Secretário da Administração do Estado do Paraná, que nós contamos com o apoio, tenho certeza, unânime do Plenário; e eu faço um apelo especial a todos os Deputados da região Oeste do Paraná, e em especial o Deputado Dobrandino que está presente nesta Casa, bem como também o Deputado Nelson Garcia, para que se somem a nós nessa luta, para que nós hoje façamos um contato telefônico com o Secretário da Administração do Estado do Paraná, visando agilizar no máximo a regularização desse terreno para que a região Oeste do Paraná não perca, por incompetência de uma burocracia, uma verba de cento e cinquenta milhões de cruzeiros, extremamente importante para toda a região Oeste do Paraná e que é a construção do hemocentro na nossa região. Então, nós iremos, após a aprovação do requerimento, telefonar ao Secretário, peço aos Deputados da região Oeste que pressionem também, que liguem e cobrem esta providência imediata.

E também, Senhor Presidente e Senhores Deputados, com muita preocupação nós lemos hoje no jornal "Folha de Londrina" duas denúncias, por nós imputadas da maior gra-

vidade.

Uma das denúncias diz respeito ao tráfico de armas na fronteira do Paraná com a Argentina e com o Paraguai, envolvendo policiais civis e militares do Estado do Paraná, bem como, agentes da Polícia Federal, e que se dão conta, inclusive informações extra oficiais, que parte dessas armas, privativas das Forças Armadas, estão sendo direcionadas para o fortalecimento de milícias particulares no Paraná. É a recriação da Guarda Nacional, instituída em 1831 pelos coronéis em nosso País.

Nós estamos portanto, extremamente preocupados com essa denúncia. Também uma denúncia que atinge toda a sociedade paranaense, que abala a já débil credibilidade que a classe política goza perante a população, nós também, com muito desgosto, observamos o jornal "Folha de Londrina", denunciando que uma das residências oficiais do Estado do Paraná, a Granja do Canguiri, está sendo utilizada para promoção de festinhas particulares de parentes do nosso Governador. A se confirmar essa denúncia, nós estaremos também perante um fato extremamente grave. Não é possível que o mais alto mandatário do Estado do Paraná se exponha nos palanques eletrônicos do País afora assumindo uma postura intransigente em defesa da probidade administrativa, do zelo com o uso da coisa pública, e ao mesmo tempo, o Paraná assista impassivelmente esse tipo de denúncia que acaba, na verdade, por revelar a incoerência oficial com relação ao discurso.

Nesse sentido também a Bancada do Partido dos Trabalhadores toma a iniciativa de sugerir a esta Casa, no envio de expediente ao Ouvidor Geral do Estado do Paraná, para que ele apure a fundo as denúncias que foram formuladas perante a "Folha de Londrina" de hoje. É fundamental que essas denúncias sejam esclarecidas, quer para isentar, para absolver os acusados, caso essas denúncias não sejam confirmadas, bem como, também para que sejam tomadas as providências necessárias para apurar e punir os eventuais culpados, caso seja constatada a veracidade dessas denúncias, ainda mais partindo do jornal "Folha de Londrina", com tradição jornalística no nosso Estado, nós entendemos que essas denúncias têm uma certa credibilidade pela tradição do jornal e esperamos, sinceramente, que a imagem do nosso Governo não seja maculada. Por isso a sociedade exige essa apuração a fundo, e nós iremos, caso constatada a veracidade de todas elas, também exigir ao Governo do Estado do Paraná que tome as providências cabíveis e aliás, exatamente sobre essas notícias é que se torna oportuna a

iniciativa que o PT também apresentará a esta Casa, coibindo definitivamente a prática do nepotismo no Estado do Paraná.

Não é mais possível que parentes indicados para cargos públicos, sejam alvo dessas denúncias que nós estamos assistindo: recentemente a denúncia relativa à Presidência do Banco do Estado do Paraná, agora também a denúncia relativa ao irmão do Governador, Eduardo Requião, e nós achamos que para evitar que o Paraná, a classe política do Estado sofra este tipo de desgaste, é fundamental que aprovemos nesta Casa uma lei que proíba a contratação, para cargos de confiança, de parentes dos nossos governantes.

Era isto, Senhor Presidente, Senhores Deputados. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Dei entrada na Mesa de uma Projeto de Lei que...

(Lê).

Torna obrigatória a assistência ocular aos pré-escolares e aos escolares de 1º e 2º graus, nos estabelecimentos da Rede Oficial de Ensino e dá outras providências.

Art. 1º - A assistência ocular aos pré-escolares e aos escolares de 1º e 2º graus é obrigatória nos estabelecimentos da Rede Oficial de Ensino do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - A assistência ocular de que trata o "caput" deste artigo obedecerá as orientações e diretrizes da Secretaria de Estado da Saúde ou órgão que lhe venha a suceder.

Art. 2º - Todo educando será submetido ao teste de acuidade visual ou equivalente, no primeiro ano escolar.

Art. 3º - O exame realizado por oftalmologista na Rede Oficial de Ensino será gratuito aos educandos.

Art. 4º - Será estimulada a produção de lentes e armações para óculos de baixo custo, dirigida à população escolar carente.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei num prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data da sua entrada em vigor.

Na condição de Prefeito Interino de Curitiba, há questão de um mês atrás, fizemos um convênio, assinamos um convênio à nossa Secretaria Municipal da Saúde e Lyons Clube-Centro Politécnico. Passamos a fazer, todos os sábados uma varredura em cada região da cidade, centralizada num centro de saúde do município, atendendo uma média de 300 crianças por dia para os

exames de acuidade visual.

Este projeto tem dado resultado extraordinário na Capital do Estado.

Por isto, baseado naquele convênio que assinamos, é que estamos dando entrada deste Projeto na Assembléia.

(Lê).

A Constituição Federal, em seu art. 196, estabelece que "a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos...". Isto implica, fundamentalmente, em considerar a saúde como o estado equilibrado e saudável do indivíduo e não apenas a ausência de uma enfermidade.

Saúde, num conceito amplo, é um estado de bem-estar físico, mental e social e o compromisso do Poder Público com ela se consolida à medida em que são garantidas as condições à população para esse "bem-estar".

No entanto, a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) já estimava, em 1984, a existência de 28 milhões de pessoas cegas no mundo, sendo que mais da metade dos casos poderiam ter sido evitados caso houvesse sido objeto de cuidados básicos de assistência ocular.

No Brasil, a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), em 1981, concluiu pela existência de 175.352 pessoas cegas - cegueira perceptível, em ambas as vistas, ocasionada por problemas visuais ou ausência dos globos oculares, representando 0,15% (zero vírgula quinze por cento) da população. Destas apenas 5,6 (cinco vírgula seis por cento) receberam algum tipo de assistência médica. Estes dados podem ser dramatizados quando se recorda que a cegueira é um fenômeno gradual e que esta cegueira sentida e avaliada é apenas aquela que atinge o limite crítico. Ademais, nos Anais do III Simpósio sobre a Problemática da Cegueira, promovido pelo Instituto de Saúde de São Paulo - 1976 - ficou registrado que a idade do início da cegueira situa-se principalmente na primeira década de vida e entre 40 e 59 anos.

O homem deve viver em equilíbrio com o meio ambiente e as impressões provenientes dele são encaminhadas ao sistema nervoso central pelos órgãos dos sentidos para serem transformados em percepção, proporcionando o aprendizado que estabelecerá o equilíbrio dinâmico. A visão, em condições normais, contribui com 85% (oitenta e cinco por cento) das impressões levadas ao cérebro para a aprendizagem. Defeitos de visão não corrigidos podem ocasionar deficiência no aproveitamento escolar, distúrbios emocionais e psicológicos, prejuízos no desenvolvimento da personalidade. O

ônus da cegueira, parcial ou total, não é, portanto, individual apenas, mas principalmente social.

É bem verdade que a higidez da população não depende apenas de se colocar serviços de saúde ao seu alcance. A saúde decorre de decisão pessoal, envolvendo o complexo família-sociedade; de acesso ao conhecimento científico; de desenvolvimento de atitudes favoráveis à saúde; dos meios que permitem ao indivíduo a prática dos conhecimentos adquiridos. Destarte, a assistência à saúde é uma das responsabilidades que não podem ser atribuídas a um único setor - o da saúde - porque outros lhe devem fornecer apoio e proporcionar porta de acesso para o desenvolvimento e a aplicação das medidas cabíveis. Nesse sentido, o setor educação tem importância fundamental: como agência educativa que faz parte da comunidade, a escola tem a responsabilidade de também participar da solução de problemas afetos à sua clientela. Assim, o art. 208 da Constituição Federal estipula que "o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: "VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de assistência à saúde".

A escola consegue manter com a população um nível de comunicação e um padrão de respostas bastante eficazes. Obtém êxito em convocações para ações comunitárias. A divulgação de informações pertinentes à saúde e aos meios para mantê-la e dos benefícios que podem ser conquistados com o melhoramento das medidas de higiene, quando realizada através da escola, surte efeitos relevantes. Evidentemente, um programa de assistência ocular aos escolares deve incorporar os aspectos de ensino, visando o desenvolvimento de práticas de saúde relacionadas à visão; os aspectos assistenciais às crianças com problemas oculares, prevenindo distúrbios físicos, emocionais e sociais; os aspectos ambientais como iluminação das salas de aula e outros. A integração dos setores de saúde e educação é imperativa no caso.

Até a idade escolar, a maioria das deficiências visuais passa despercebida aos pais. As atividades desenvolvidas na escola exigem maior esforço visual, possibilitando a manifestação de problemas visuais ou a identificação dos já existentes. É sabido que:

- o míope limita as atividades e interesses para os objetos próximos e evita brincadeiras que exijam boa visão para longe ou rápida locomoção, podendo tornar-se tímido.

- o hipermetrope recorre à acomodação para formar imagem nítida na retina, e a constância dessa situação pode causar astenopias como desconforto visual, dor de

cabeça, tonturas, nervosismo, vômitos inexplicáveis e problemas musculares nos olhos;

- o astigmatismo provoca alteração na visão para perto e para longe, podendo causar dor de cabeça, sensação de peso, queimação e vermelhidão nos olhos, margens palpebrais irritadas. A criança com astigmatismo mostra desinteresse pelas atividades que exijam esforço prolongado dos órgãos visuais;

O olho desviado do estrábico, muitas vezes, interrompe a sua função, com prejuízo para a acuidade visual, quando não são tomadas providências para tratamento nos primeiros anos de vida. É um problema que pode ser detectado no início e que, se não for corrigido, pode tornar-se definitivo e irreversível.

Além disso, grande número de acidentes oculares entre os escolares durante as recreações e brincadeiras. É preciso ter presente que mesmo pequenos ferimentos são potencialmente perigosos para os olhos.

Por outro lado, impõe-se a lembrança de que as crianças em torno de 6 anos de idade são geralmente hipermetropes, devido ao desenvolvimento parcial de seus olhos. Essa hipermetropia fisiológica será ultrapassada em um ou dois anos, mas é importante que os agentes escolares estejam cientes dela para evitar atividades prolongadas que exijam maior esforço visual, como a leitura de tipos pequenos.

Do ponto de vista da saúde pública, é muito dispendioso e mesmo inesequível pela falta de recursos especializados, a investigação de problemas oculares em crianças, por oftalmologistas, em exames de massa. O especialista deve trabalhar num grau mais alto de competência, avaliando e corrigindo problemas. Desta maneira, a solução que vem sendo proposta é a aplicação de triagem oftalmológica por pessoal não-médico, treinado e supervisionado, que pode ser o próprio professor. A aplicação de teste de acuidade visual e a observação de sinais e sintomas indicativos de problemas pelo professor, em classe, apresentam-se como as formas mais aconselháveis para a detecção de problemas visuais, considerando a realidade de nosso meio.

Em maio de 1985, no transcurso da VII Jornada Provincial de Oftalmologia de Ciudad de La Havana, em uma Mesa Redonda sobre as idades em que as crianças devem ser examinadas pelo oftalmologista, se conclui que, na fase escolar, é fundamental a verificação da acuidade visual.

A diminuição da acuidade visual pode indicar:

- que existe uma enfermidade no olho capaz de produzir cegueira (por exemplo, a catarata, o tracoma, o glaucoma).

- que existe uma enfermidade generali-

zada que pode pôr a vida em perigo (por exemplo, o diabetes);

- que existe uma alteração no cérebro capaz de produzir cegueira ou morte (por exemplo, tumores);

- que existe um defeito de refração ocular que não produz nem cegueira nem morte, mas reduz a eficiência no funcionamento normal da pessoa (por exemplo, a miopia, hipermetropia, o astigmatismo).

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a acuidade visual é o melhor indicador da função visual, e a aplicação desse teste não requer treinamento prolongado dos examinadores, nem grande esforço para obter a cooperação ou a compreensão dos pacientes, nem requer o uso de equipamentos sofisticados. Sua realização é indicada como pré-requisito para encaminhamento ao exame oftalmológico. Desta maneira, se minimiza o custo de um programa essencial que, de outra forma, seria inexecutável. O art. 212 da Constituição Brasileira, no seu parágrafo 4º, estabelece: "os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde, previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários".

A prevenção da cegueira é uma questão de justiça social. A importância econômica e social deste projeto e portanto é um projeto de suma importância e sua aprovação pela Assembleia deve ser o mais rápido possível, porque eu volto a frisar, tomo como exemplo o convênio que assinamos com a Secretaria Municipal da Saúde, com o Lions Club-Centro Politécnico que está dando resultado muito bom e que por isso nós queremos estender ao Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem nós utilizamos esta tribuna para nos pronunciarmos a respeito de um requerimento que entregamos à Mesa solicitando uma Comissão de Parlamentares para intermediar junto ao Governo do Estado sobre a questão salarial do funcionalismo público do Paraná, que é de nosso conhecimento, de toda a população do Paraná inclusive das dificuldades que vêm passando os funcionários públicos do Estado.

Há muito tempo, vimos batendo nesta tecla aqui nesta Casa e não vimos, não sentimos por parte dos Srs. Deputados, por grande maioria deles, e ontem percebemos isso na reprovação do nosso requerimento, sentimos da Bancada de sustentação ao Governo a falta de vontade de que o Poder Legislativo cumpra a sua função de auxi-

liar o Estado do Paraná na medida em que vemos os funcionários públicos de todas as áreas se movimentando com justa razão, se organizado, se reunindo nas suas entidades para fazer-se cumprir a lei neste Estado, para fazer cumprir a Constituição neste Estado e infelizmente ontem não tivemos, os servidores do Estado do Paraná não tivemos a felicidade ou a sorte de ver aprovado aqui nesta Casa, uma Comissão para cumprir a sua função de ajudar a administrar o Paraná, de ajudar a resolver os problemas sociais deste Estado. No dia 26 de junho último passado, nós, nesta mesma tribuna, denunciávamos que o Governo Roberto Requião não estaria cumprindo a lei, quando através de um decreto governamental suspendeu a data-base dos servidores do Estado, negando-lhes, roubando-lhes o direito de negociar as perdas salariais durante um ano nos seus salários. Pedimos inclusive, naquela data, que a Assembleia Legislativa, através da sua Diretoria, da sua direção acionasse a Procuradoria Jurídica para cumprir o Artigo 88 da Constituição do Estado que diz que o Governo do Paraná é passível de crime de responsabilidade quando não cumprir as leis e as decisões judiciais e ouvimos também ontem no encaminhamento da discussão do projeto de lei, de reposição, de aumento salarial dos servidores das autarquias, as discussões se encaminharem por esse rumo: da inconstitucionalidade do projeto e das várias vezes que o Governador do Estado tem desrespeitado a Constituição e as leis neste Estado, inclusive a questão da lei da data-base. Provamos, inclusive ontem, no nosso pronunciamento que o decreto do Governador que argumente que ele tem obrigação constitucional de gastar apenas 65% das receitas correntes do Estado com funcionalismo, não é verdade porque o Artigo 17 - parágrafo 1º da Constituição do Estado lhes dá o poder e o direito de fazer isto em até cinco anos e que neste ano ele já tem, ele teria condições de aplicar mais 10% da Receita corrente do Estado, na folha de pagamento dos nossos servidores do Estado do Paraná. O nosso Regimento Interno, Sr. Presidente, Srs. Deputados, através do Artigo 28, Inciso 14, o nosso Regimento Interno diz que a Assembleia Legislativa, a Comissão... (Término do Tempo)

Sr. Presidente, requeiro o Horário das Lideranças do Partido dos Trabalhadores. (Assentimento).

Diz no seu inciso de que as Comissões Permanentes em razão da matéria de sua competência e as demais Comissões no que lhe for aplicado, cabe propor a sustação dos atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder de regulamentar ou dos limites de delegação legislativa, elaborando o respectivo decreto legislativo. A

nossa Constituição Estadual no seu Artigo 54 - Inciso 27, diz também que compete privativamente à Assembléia Legislativa sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa. Diz ainda no seu Inciso 30 que compete à Assembléia, ao Poder Legislativo, zelar pela preservação de sua competência legislativa, em face da atribuição normativa dos outros poderes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: este artigo do nosso Regimento e da nossa Constituição, nos remetem a apresentar hoje à Mesa da Assembléia Legislativa, um projeto de decreto legislativo, suspendendo o Decreto Governamental n° 532 de 25.06.91, publicado no Diário Oficial do Estado n° 3540 da mesma data, por ser um ato administrativo exorbitante do poder regulamentar.

Nós tentamos através da mediação, através do diálogo pelo nosso Requerimento de ontem e em outras oportunidades, sugerindo a esta Casa formas de intermediar junto ao Governo do Estado o cumprimento dessas leis. E eu disse ontem e repito mais uma vez que ouvimos exposição dramática na Comissão de Constituição e Justiça, de membros dos sindicatos dos sindicatos dos servidores do Estado quanto ao desrespeito à Constituição, que infelizmente temos que tomar essa medida e estamos apresentando à Mesa da Assembléia nesta tarde, este projeto de decreto legislativo, que visa cassar o Decreto Governamental n° 532 que, inconstitucionalmente, o Governador cassou, roubou o direito dos servidores do Estado de negociar na sua data-base as suas perdas salariais.

Nós queremos que esta Assembléia use do seu poder e das suas atribuições, legisle constitucionalmente aquilo que lhe é de direito e de dever e façamos com que o Governador do Estado cumpra a Lei e venha a trazer aos servidores do Paraná o respeito que eles merecem, a dedicação que eles merecem pelo bem que eles fazem ao nosso Estado.

O Governador não seria Governador se não fossem as centenas de milhares de servidores cumprindo as suas funções. Quer dizer, o Governador não governaria o Estado sem os servidores para auxiliá-lo.

Eles são parte integrante do Governo, são pagos, e a população necessita dos seus serviços. Portanto, não pode brincar desta forma lhes negando esse direito, até eu diria a sobrevivência, que, como sabemos, há certas áreas dos servidores do Estado que estando passando fome e passando necessidades, como eu tive oportunidade de ver "in loco" na Cidade de Pato Branco os agricultores trazendo donativos de alimentos para os funcionários do ITCF, que é

uma vergonha para o nosso Estado, que tem se propagando a nível nacional, que é um Estado que não tem crise, que tem "superávit" em caixa e que é um dos Estados em melhores condições financeiras neste País. E nós temos que assistir cenas alarmantes, vergonhosas como essas dos servidores terem que pedir esmolas para sobreviver, e autoritariamente, o Governador revoga um decreto que não poderia fazer, revogar uma lei através de um decreto, que é inconstitucional e que esta Casa não pode aceitar esse autoritarismo inconstitucional do Governador Roberto Requião.

O SR. PAULO MAIA - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Agradeço o aparte e me somo a Vossa Excelência com essa preocupação visto que, por diversas vezes, nós temos também nos manifestado com relação a esse caso, e acreditamos que nem é tanto a questão da recuperação de um direito do trabalhador, mas sim a moralização do direito que tem esta Casa, que não pode se deixar levar por um decreto de iniciativa única a unilateral, sem consultar este Poder pelo Governo do Estado que, além de ilegal, é imoral, porque foi aprovado por esta Casa, e se era uma Mensagem do Governo anterior do Governo Álvaro Dias, foi aprovado pela Casa, e a Casa deveria ser respeitada quando da edição de um Decreto acabando com a proposta - de data-base. Agora quando não se quer negociar - e ontem até nós frisávamos -, quando a Lei é para atender os interesses dos trabalhadores, pode se tomar esse tipo de iniciativa e não vemos aqui discursos dizendo da ilegalidade e dizendo que está se cumprindo a Lei, mas vemos e assistimos a sustentações de atos imorais como foi este e o que Vossa Excelência, através da Bancada do Partido dos Trabalhadores faz, nada mais é do que recuperar o respeito a este Poder Legislativo e a credibilidade moral que devemos ter, na atuação das coisas editadas e que são de responsabilidade da Assembléia Legislativa. Parabéns a Vossa Excelência.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Obrigado, Deputado. Agradeço o aparte e a colaboração que Vossa Excelência traz ao nosso pronunciamento.

Para concluir, Senhor Presidente, quero convocar os Senhores Deputados para que nos alertemos. Eu me sinto envergonhado, membro do Poder Legislativo, em assistir ao que assisti na Comissão de Justiça e numa reunião de servidores, quando o advogado das Associações e Sindicato dos Servidores, cobrava dos Parlamentares lá presentes, naquele Plenarinho, o que estamos fazendo nesta Casa, que não estamos guar-

necendo a lei que nós elaboramos. Passa-se por cima e os Deputados não se preocupam com isso e citaram vários artigos da Constituição que vêm sendo burlados, desrespeitados pelo Poder Executivo. Então eu quero solicitar aos Senhores Deputados, apoio a este decreto legislativo e dizer que isto que o Governador vem fazendo, foi uma afronta à Constituição Federal, à Constituição Estadual e ao Poder Legislativo e esta é uma primeira medida que estamos tomando neste caso específico da data e do aumento salarial, desrespeito em que o Governador alega o cumprimento da Constituição e que não é verdade, porque ele pode reduzir 20% ao ano dos gastos com os servidores do Estado, e nós queremos ver a Constituição cumprida.

Era isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury). - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A leitura da Revista "Veja" desta semana da Pátria, nos leva a uma estarrecidora conclusão a respeito do verdadeiro deboche em que se transformou a corte de Brasília com a situação nacional.

Provedor do Albergue São João Batista, que atende nesta cidade há 37 anos os aposentados do FUNRURAL e que percebe da LBA a quantia de cinquenta e nove mil cruzeiros por seus trabalhos de reconstrução, eu me horrorizo até o fundo da alma, ao ver a Associação Beneficente de Canapi, para quem a senhora primeira dama da República, Dona Rosane Malta Collor de Mello, uns dias mais Malta, outros dias mais Collor de Mello, destinou cento e dez milhões de cruzeiros e me horrorizo também ao ver a história macabra das entidades fantasmas que vendiam cestas de assistência social e me horrorizo sobremaneira ao perceber a perversidade das elites brasileiras que a luz crua do sol do agreste, parece mais nua, mais sórdida, mais fétida.

Que coisa tão triste o dinheiro do pão dos pobres ou o dinheiro do leite das crianças da LBA pagando as intermediações horrorosas de Brasília, e o país vivendo no ritmo de um folhetim do Século XVI.

O rei permite que a luz cruel que ilumina a esfera pública, ilumine a sua alcova e revela os segredos de madame, movendo peões e mosqueteiros, com se fosse a Corte de Versailles, um dia antes da Revolução.

No outro dia, o rei se compadece de madame e ela recebe comovido abraço sob os aplausos dos cortesões enternecidos.

Tragédia das tragédias. Este País que joga o pão dos pobres no bueiro da indústria da seca do Nordeste, comandada por clãs perversas, comandada por intermediários que agem entre a corte e os Estados nos jatinhos, nas quadras de tênis, nos almoços de palácio. E, ainda, estampam os telefax toda a sua volúpia devoradora.

Nós precisamos reagir!

A Nação precisa reagir!

A semana é da Pátria mas a vida também é da Pátria.

E a vida dos que somos brasileiros nesta quadra triste da vida nacional pede que nos levantemos todos juntos, de todos os partidos para pedir moralidade pública e administrativa.

O dinheiro das cidades do Brasil, das 4 mil e 700 cidades brasileiras, não pode ser confiscado por uma reforma tributária pretensamente embutida no "emendão".

Querem capar 5% do ICMS devido às cidades para concentrar mais dinheiro em Brasília, para dar mais subsídios, mais material de negociação para essas figuras bonitas dos intermediários "yuppies" que freqüentam em aviões a jato particulares este Palácio, o de Brasília e todos os Palácios. Querem capar o dinheiro das cidades brasileiras, certamente, para dar mais subsídio, mais tempero para o enredo macabro das verbas destinadas para os bueiros do Canapi e de outras arapucas de dinheiros públicos com base na miséria institucional, colonial e perversa do Nordeste se pode armar em todos os Estados e em todas as latitudes.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. (É lhe tirado o som).

Eu peço um horário de complementação do Partido Liberal, por favor, em nome das liberdades democráticas.

Veja, Senhor Presidente, vejam Senhores Deputados, quando se confisca o dinheiro das cidades brasileiras ao mesmo tempo se nega a elas os recursos mais elementares.

O Prefeito Jaime Lerner vai gastar 100 milhões de dólares até o fim deste ano para manter um exaustivo programa social, que vai da linha que serve sopa aos deserdados das praças, passando pelas casas do Piá, que tentam segurar as crianças nas vilas populares com o prato de comida para que não venham a se perder no centro; que passa por 115 escolas municipais; que passa por um programa de emergência de merenda escolar - 70 mil quilos de comida estão sendo comprados emergencialmente pela Prefeitura de Curitiba, porque se cortou o programa de merenda escolar para Curitiba e para todo o Paraná.

Cento e quinze creches, 100 escolas, 1 albergue para crianças de rua que se vai inaugurar agora no dia 13 de setembro, a

fazenda da Frei para os indigentes e mais do que isso tudo, o requinte de se permitir aos aposentados o acesso gratuito aos cinemas da Fundação Cultural de Curitiba, aos quatro cinemas que mantemos.

Tudo isso é mantido pela Prefeitura Municipal de Curitiba com base na idéia de que este País só não explodiu porque tem 4 mil e 700 trincheiras do municipalismo botando panos quentes na caldeira, descomprimindo a tampa da panela de pressão.

Os sem-terra, os sem-renda, os sem-comida, os sem-remédio, os que clamam por justiça só contam com a presença compassiva das estruturas municipais para poderem, de uma forma ou de outra, terem saciadas as suas sedes, as suas ansiedades!

A injustiça social, neste País, não conhece outra trincheira que não seja a das Prefeituras!

Levante-se o Paraná e a consciência dos paranaenses contra este Emendão que se tece em Brasília!

Não nos servem os governadores posando como misses, do lado de alguma piscina de alguma mansão de Brasília, junto com o Presidente da República, para na seqüência "baterem a carteira" das cidades brasileiras.

Levante-se a Nação inteira diante de tamanha indignidade.

Qual seja, a indignidade de se negar às cidades os recursos necessários para que elas sejam, se não eficientes ao menos compassivas, todas de compaixão, misericordiosas com este povo, que tem fome, que tem sede, que não tem onde morar!

Mas que sobremaneira, clama aos céus justiça!

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto à Liderança do PRN se fará uso do Honorário das Lideranças.

Concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Ontem eu fiz um pronunciamento nesta Casa, referindo-se ao caso BANESTADO, Presidente do BANESTADO.

Ouvi a defesa do Deputado Tavares. O Deputado Tavares, do qual eu lembro do tempo que eu ainda era guri e ouvia na rádio a posição do Deputado Tavares, um Deputado combativo, um Deputado que denunciava as falcatruas dos Governos aos quais ele fazia oposição.

Depois que cheguei nesta Casa, com o meu relacionamento com o Deputado Tavares, também procurei aprender com a sua combatividade.

E tenho por ele um grande respeito. Mas, vejo na defesa do Deputado Tavares,

que realmente ele faz a defesa, mas o seu coração e a sua vontade seriam simplesmente fazer o que eu fiz ontem, na tribuna, e fazer o que vou fazer hoje nesta tribuna.

O Deputado Tavares, com todo o respeito que tenho, falou que veiculou-se na TV, o chamado do caso trabalhista do Presidente do BANESTADO.

É natural, Senhores. Quando se fala em grande soma de dinheiro, como esta questão que vai ser tratada entre o Presidente do BANESTADO e o BADEP:

E quando todas as evidências querem negar que a massa falida, a dívida do BADEP, quem é o maior responsável.

Ontem aqui, se falou e se colocou a nota na imprensa, de que nada tinha a ver com o BANESTADO.

Não tem nada a ver com o BANESTADO. Depois de terminada a liquidação, quem assumirá esta dívida do BADEP? Quem assumirá esta dívida do BADEP será o seu maior acionista. E o seu maior acionista, quem é?

É o Governo do Estado, que é o maior acionista do próprio BANESTADO.

Também foi falado ontem que a veiculação na TV é porque o ex-Deputado Martinez não esquece a derrota.

Também, do jeito que perdemos as eleições no Paraná, com o caso Ferreirinha, dificilmente alguém aceitaria que hoje nós tenhamos aqui no Paraná um governador legítimo.

Legítimo na forma com que foi eleito, que poderíamos contratar o Secretário de Comunicações do Estado do Paraná para fazer novelas na Rede Globo, que teria um grande sucesso, pois ele o teve nas eleições para Governador.

Eu gostaria de fazer aqui, para nós terminarmos com essa polêmica, fazer um pedido ao Deputado Tavares: que ele que tem melhores condições do que este Deputado aqui que está falando, porque ele tem a amizade do Presidente do BANESTADO, faço aqui um desafio para nós restabelecermos aqui a verdade, se é 200 milhões ou se é 20 milhões, que o Deputado Tavares na próxima semana trouxesse aqui o restante da ação trabalhista que foi movida pelo atual Presidente do BANESTADO. Aí nós restabeleceríamos a verdade e adquiriríamos a principal que o meio político precisa, que é a credibilidade; senão este líder aqui fica falando em 200 milhões, outro líder do outro lado fala em 20 milhões e o povo não sabe da verdade. Ficaria melhor e nós mostraríamos que nós não estamos aqui simplesmente pelo bel prazer de denunciar. Nós poderíamos aqui tecer mais alguns comentários sobre o caso BANESTADO, o BANESTADO que está com o seu balanço semestral atrasado e que está até inadimplente com o Banco Central, também seria um caso para

nós esclarecermos a toda a população do Paraná e falarmos do prejuízo que vem acumulando nos últimos meses, este banco que é de todos os paranaenses. Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PSDB com a palavra.

(Declina).

PMDB com a palavra.

(Declina).

PTB com a palavra.

(Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, comunicando a concessão de justificativa de ausência nas sessões plenárias nos dias 02 e 03 do corrente mês. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Decreto Legislativo, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Dr. Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Severino Félix, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Dr. Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado José Alves, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n. 350/91. Aprovado.

O SR. ERNANI PUDELL - (Pela Ordem) Qual é a súmula Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É das autarquias. Senhores Deputados que aprovam o requerimento conservem-se como

estão. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei 350/91, de autoria do PODER EXECUTIVO - Mensagem n. 67/91, que reajusta as tabelas de salários dos servidores das autarquias, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Em votação.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, Senhores Deputados, ontem durante os debates sobre esta Mensagem Governamental foi citada a participação da CCJ. Não quis aumentar o volume dos debates para trazer um esclarecimento. Ocorre Senhor Presidente que na confecção da Ordem do Dia não retrata, não se retrata o que realmente aconteceu na apreciação do Projeto 350/91. Devo dizer que sou Presidente da CCJ, não dou parecer, os pareceres são dados pelos Senhores Deputados que têm toda a liberdade com a sua assessoria de apresentar a sua opinião sobre a matéria Constitucional e legal. Ocorre que não constando na pauta dos trabalhos, o que ocorreu nesta votação, eu devo esclarecer aos Senhores Deputados que esse Parecer não foi aprovado por unanimidade como consta na Ordem do Dia, e sim houve votos contrários ao aspecto Constitucional desta matéria. Era do meu dever trazer ao conhecimento dos Senhores Deputados esta ocorrência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhores Deputados que aprovam o projeto conservem-se como estão. Aprovado.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 038/91, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, altera a redação do artigo 1º da Resolução n. 065/90 (criação do município de Itaperuçu). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 153/91, de autoria do Deputado ÉLIO RUSCH, altera a redação do artigo 1º da Lei n. 9.368 de 17 de setembro de 1990 (cria o município de Quatro Pontes). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Com EMENDA SUBSTITUTIVA, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado o projeto, artigo por artigo, sem prejuízo da votação da emenda

substitutiva. Em votação o substitutivo.
Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 261/91, de autoria do Deputado DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO, declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Iporã. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 292/91, de autoria do Deputado ANTONIO ANIBELLI, declara de Utilidade Pública a Sociedade de Educação e Cultura, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 299/91, de autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, declara de Utilidade Pública a Associação dos Funcionários Municipais de Realiza, com sede e foro no município de Realiza. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 314/91, de autoria do Deputado RENATO ADUR, declara de Utilidade Pública a Associação Nacional Cooperação Agrícola - ANCA, Regional 3 - Paraná, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 327/91, de autoria do Deputado do PODER EXECUTIVO, MENSAGEM n.º 55/91, transforma a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, em autarquia, dotada, nos termos do art. 7.º, inciso I da Lei n. 8.485 de 03 de junho de 1987, de personalidade jurídica de direito público, autônomias de gestão administrativa, financeira e patrimonial, tendo vinculação à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente - SEDU. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo. (Public. no DA. n.º 94 de 12.08.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 327/91

P A R E C E R:

Analisando o presente projeto de lei no que diz respeito aos seus aspectos constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa, não encontramos óbices à sua tramitação regimental, até final deliberação pelo douto e soberano Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.08.91.

Curitiba, quarta, em 04.09.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

RAFAEL GRECA

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 327/91

P A R E C E R:

O presente plano de lei de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem Governamental n. 55/91, tem como objetivo transformar a Coordenação da região Metropolitana de Curitiba - COMEC, em autarquia, dotada, nos termos do art. 7.º, inciso I, da Lei n. 8.485, de 03 de junho de 1987, em personalidade jurídica de direito público, autônomias de gestão administrativa, financeira e patrimonial, tendo vinculação à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - SEDU.

Sobre a matéria, em sua parte legal, constitucional, jurídica e de técnica legislativa, já foi emitido Parecer FAVORÁVEL, pela douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que obste a tramitação do referido projeto de lei neste Poder.

Sendo assim, somos de parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.08.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

MÁRIO BEZERRA

Relator

Sobre o referido projeto, requerimento e autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o cancelamento do regime de urgência e a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) sessões do Projeto de Lei n. 327/91. Aprovado. Fica portanto, retirado da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões o Projeto de Lei n. 327/91.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de n.º 2223, de autoria do Sr. Deputado Ademir Traiano, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n.ºs 2214 a 2217, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 2218, de autoria do Sr. Deputado Paulo Maia, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 2219, de autoria do Sr. Deputado Ernani Pudell, com apoio dos Srs. Deputados Dobrandino da Silva e Nelson Garcia, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2220 e 2221, de autoria do Sr. Deputado José Alves, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2211, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2227, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2225, de autoria dos Srs. Deputados Ernani Pudell, Dr. Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente. - Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155, do Regimento Interno.

Solicito aos requerentes que transformem a expressão "Ouvidoria", para "Secretário de Estado - Chefe de Área".

Requerimento de n° 2233, de autoria do Sr. Deputado Dalton Machuca, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2214-A e 2230, de autoria do Sr. Deputado José Afonso Júnior, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2209, de autoria do Senhor Deputado Nilton Cesar, constante do expediente de sessão anterior. - Em votação.

O SR. ERNANI PUDELL - Para discutir.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Pela Ordem, Sr. Presidente.

Segundo entendimentos que mantivemos com o Deputado Nilton César, consta que o requerimento foi retirado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O requerimento foi retirado pelo autor.

Requerimento de n° 2196, de autoria dos Srs. Deputados João Preis, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2232, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2210, de autoria do

Sr. Deputado João Preis, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O Pequeno Expediente de amanhã será dedicado à memória póstuma do ex-Governador Moyses Lupion. Estão inscritos para falar os Deputados Colombino Grassano e Erondy Silvério.

O SR. ERNANI PUDELL - Pela Ordem, Sr. Presidente.

Este Deputado gostaria de obter de Vossa Excelência, informações mais atualizadas sobre a instalação do painel eletrônico, pois que a nossa esperança de funcionamento está cheirando a ilusão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa tem a satisfação de informar a Vossa Excelência, que o pessoal da firma que está instalando o painel eletrônico, está desde sexta-feira trabalhando aqui.

O DR. ROSINHA - Pela Ordem.

Como Presidente da CPI da Saúde, novamente reforço a convocação dos Srs. Deputados para nova tomada de depoimentos amanhã, a partir das nove horas, na sala de reuniões.

Como Presidente, gostaria de ver todos os Srs. Deputados presentes, porque estamos constatando a ausência de alguns deles. Pediria que, se estes Deputados não puderem comparecer, mandem o suplente no lugar.

É importante para concluirmos os trabalhos desta CPI para não ficarem como algumas tarefas que às vezes ficam pela metade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Srs. Deputados da Comissão estão convidados a comparecer.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 05, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 153/91;

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 52, 228, 230, 290, 300, 301, 305, 313, 317, 318, 336 e 340/91.

Levanta-se a sessão.